

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO				CIRCULANTE	47.744	65.124	67.417
CIRCULANTE	1.541.471	271.444	287.570	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f).....	3.145	20.957	24.411
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	658	582	403	Dividendos a Pagar (Nota 9c).....	44.523	43.622	42.781
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6).....	718.671	-	-	Outras Obrigações	76	545	225
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	797.467	244.792	241.875				
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	2.420	6.834	21.445	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.519.666	1.425.742	1.338.004
Créditos Tributários (Nota 15d).....	22.250	19.192	23.769	Capital Social:			
Valores a Receber	5	44	78	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	1.028.459	1.028.459	1.028.459
NÃO CIRCULANTE	25.939	1.219.422	1.117.851	Reservas de Lucros (Nota 9b).....	491.207	397.283	309.545
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.939	1.219.422	1.117.851				
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6).....	-	1.170.223	1.063.293				
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	-	5.378	-				
Créditos Tributários (Nota 15d).....	25.389	43.367	52.928				
Depósitos Judiciais.....	110	-	-				
Créditos Recebíveis (Nota 8a).....	257.630	259.148	261.166				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8a).....	(257.630)	(258.878)	(260.093)				
Outros Créditos	440	184	557				
TOTAL	1.567.410	1.490.866	1.405.421	TOTAL	1.567.410	1.490.866	1.405.421

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009		2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	151.400	140.831	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Rendas de Créditos Recebíveis (Nota 8b).....	13.620	10.082	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	142.730	133.266
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10).....	137.777	130.749	Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(14.722)	(8.030)
Outras Receitas Operacionais.....	3	-	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(1.248)	1.844
			Receita/Despesa de Juros	(13.474)	(9.874)
DESPESAS OPERACIONAIS	8.670	7.565	Lucro Líquido Ajustado	128.008	125.236
Despesas Tributárias (Nota 11).....	7.046	6.527	Aumento em Ativos Financeiros para Negociação.....	(101.124)	(114.927)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	1.617	1.013	Aumento/(Redução) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(7.592)	17.148
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	7	25	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1.053	(6.702)
RESULTADO OPERACIONAL	142.730	133.266	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(20.269)	(20.576)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	142.730	133.266	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	76	179
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(47.905)	(44.686)	Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	76	179
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94.825	88.580	Início do Período.....	582	403
Número de ações.....	430.311.119	430.311.119	Fim do Período.....	658	582
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	220,36	205,85	Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	76	179

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais	1) INFORMAÇÕES GERAIS					
	Social	Legal	Estatutária	Acumulados			A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.					
Saldos em 01.01.2009.....	1.028.459	25.399	284.146	-	-	-1.338.004	2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As alterações introduzidas pela adoção dos CPCs não produziram efeitos relevantes que pudessem mudar a posição demonstrada no encerramento do exercício de 2009. A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/2007, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas. 2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 2.3) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5). 2.4) Ativos Financeiros A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado a.1) Designados no reconhecimento inicial Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado. a.2) Ativos financeiros para negociação Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".					
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	88.580	88.580							
Destinações:												
- Reservas.....	-	4.429	83.309	(87.738)	-							
- Dividendos Propostos (R\$ 1,96 por lote de mil ações)....	-	-	-	(842)	(842)							
Saldos em 31.12.2009.....	1.028.459	29.828	367.455	-	-	1.425.742						
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	94.825	94.825							
Destinações:												
- Reservas.....	-	4.741	89.183	(93.924)	-							
- Dividendos Propostos (R\$ 2,09 por lote de mil ações)....	-	-	-	(901)	(901)							
Saldos em 31.12.2010.....	1.028.459	34.569	456.638	-	-	1.519.666						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
RECEITAS	14.642	9,8	10.711	0,9
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa.....	1.248	0,8	1.215	0,9
Recuperação de Crédito.....	13.391	8,9	9.458	-
Outras Receitas.....	3	-	38	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.620)	(1,7)	(1.607)	(1,1)
Serviços de Terceiros.....	(672)	(0,4)	(92)	(0,1)
Outros.....	(1.948)	(1,3)	(1.515)	(1,1)
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.022	8,0	9.104	(0,3)
RETENÇÕES	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	12.022	8,0	9.104	6,5
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM				
TRANSFERÊNCIA	138.038	92,0	130.852	93,5
Receitas Financeiras.....	138.038	92,0	130.847	93,5
Venda de Imóveis.....	-	-	5	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	150.060	100,0	139.956	100,0
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	150.060	100,0	139.956	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	54.967	36,6	51.248	36,6
Federais.....	54.949	36,6	51.212	36,6
Estaduais.....	17	-	35	-
Municipais.....	1	-	1	-
Remuneração de Capitais de Terceiros e outros	268	0,2	128	0,1
Remuneração de Capitais Próprios	94.825	63,2	88.580	63,3
Dividendos.....	901	0,6	842	0,6
Lucros Retidos.....	93.924	62,6	87.738	62,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 45.374 (2009 - R\$ 58.425), sendo R\$ 20.206 (2009 - R\$ 20.421) de diferenças temporárias e R\$ 25.168 (2009 - R\$ 38.004) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.420 (31.12.2009 - R\$ 12.212 e 01.01.2009 - R\$ 21.445).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.145 (31.12.2009 - R\$ 20.957 e 01.01.2009 - R\$ 24.411), referem-se ao PIS no montante de R\$ 98 (31.12.2009 - R\$ 78 e 01.01.2009 - R\$ 102), Cofins no montante de R\$ 603 (31.12.2009 - R\$ 480 e 01.01.2009 - R\$ 628), Imposto de Renda Pessoa Jurídica

no montante de R\$ 2.103 (31.12.2009 - R\$ 20.399 e 01.01.2009 - R\$ 22.785) e da Contribuição Social no montante em R\$ 341 (01.01.2009 - R\$ 896).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A empresa em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
- b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.
- c) Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da

Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1



TRIP LINHAS AÉREAS S.A.

CNPJ nº 02.428.624/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter a apreciação de Vs. SAs as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Campanas, 05 de abril de 2011

A Diretoria.

ATIVO	Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)		PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de Reais)		
	2010	2009		2010	2009	2010	2009	
Ativo circulante			Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	89.580	26.827	Empréstimos e financiamentos	51.237	50.209	Receita com prestação de serviços	747.286	449.601
Contas a receber	63.994	61.417	Fornecedores	37.527	32.933	Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(28.470)	(17.018)
Estoque	43.809	34.253	Obrigações trabalhistas e tributárias	35.838	20.861	Receita operacional líquida	718.816	432.583
Tributos destinados a venda	2.175	2.318	Transportes a executar	71.865	43.597	Custo dos serviços prestados	(608.264)	(364.614)
Tributos a recuperar	2.305	3.288	Contas a pagar por aquisições de rotas	7.485	16.423	Lucro bruto	110.552	67.969
Créditos diversos	2.297	1.470	Contas a pagar	13.444	18.691	Despesas (receitas) operacionais:		
Despesas do exercício seguinte	7.411	5.507	Total do passivo circulante	217.396	182.714	Administrativas e gerais	(35.085)	(32.317)
Total do ativo circulante	211.571	135.080	Passivo não circulante			Comerciais	(37.712)	(29.209)
			Empréstimos e financiamentos	459.434	392.137	Outras receitas (despesas) operacionais	23.935	8.337
			Fornecedores	5.500	7.550	Lucro operacional antes do resultado financeiro:	61.690	14.780
			Adicional tarifário a pagar	-	10.895	Resultado financeiro:		
			Contas a pagar	466	1.835	Despesas financeiras	(57.553)	(29.923)
Ativo não circulante			Obrigações trabalhistas e tributárias	4.482	6.337	Receita financeira	8.753	47.695
Contas a receber	-	6.653	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.846	18.969	Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	12.890	32.552
Despesas do exercício seguinte	15.659	9.800	Contas a pagar por aquisições de rotas	-	1.900	Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.008)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.771	11.828	Provisões para contingência	5.281	5.666	Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.066	(4.105)
Depósito em garantia e judiciais	22.788	5.311	Total do passivo não circulante	492.009	445.289	Lucro do exercício	19.948	28.447
	57.218	33.592	Patrimônio líquido			Lucro por lote de 1.000 ações - R\$	0,2370	0,3532
Imobilizado líquido	530.101	515.989	Capital social	84.166	80.542			
Intangível líquido	60.385	55.354	Reservas de capital	83.995	69.709			
Total do ativo não circulante	647.704	604.935	Prejuízos acumulados	(18.291)	(38.239)			
Total do ativo	859.275	740.015	Total do patrimônio líquido	149.870	112.012			
			Total do passivo e patrimônio líquido	859.275	740.015			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de capital				Prejuízos acumulados	Total
	Capital social integralizado	Ágio	Capital	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	72.169	41.548	55	41.603	(64.888)	48.884
Aumento de capital	8.373	28.106	-	28.106	-	36.479
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(4.484)	(4.484)
Ajuste para adequação a Lei nº 11.638/07	-	-	-	-	2.686	2.686
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.447	28.447
Saldo em 31 de dezembro de 2009	80.542	69.654	55	69.709	(38.239)	112.012
Aumento de capital	3.624	14.286	-	14.286	-	17.910
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.948	19.948
Saldo em 31 de dezembro de 2010	84.166	83.940	55	83.995	(18.291)	149.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhões de reais)

1 - Contexto operacional: A TRIP - Linhas Aéreas S.A. (doravante denominada "Companhia") foi constituída em 18 de julho de 1997 e está sediada no Município de Campanas, Estado de São Paulo. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 1 E/DGAC de 18 de fevereiro de 1998, como empresa de serviços de transporte aéreo regular, de âmbito regional, tendo iniciado as operações nesse mesmo ano. A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiros e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por fretes de passageiros, cargas e/ou mala postal, de taxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo. 2 - **Apresentações das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 3 - **Principais diretrizes contábeis:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das Demonstrações Contábeis destacam-se: **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, devendo ser destacado os seguintes aspectos: "As receitas com venda de cupons e passagens aéreas são reconhecidas no resultado do exercício quando da efetiva prestação do serviço de transporte". Os cupons ou passagens aéreas vendidos em que a prestação de serviço ainda não tenha sido realizada são contabilizados na rubrica "Transportes a realizar" no passivo circulante. **b) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **c) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, relevantes e que influenciam a vida útil dos bens, são contabilizados acrescidos ao custo original do bem. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 4 - **Transportes a realizar:** O valor representa as obrigações correspondentes a bilhetes vendidos e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos no resultado quando da efetiva prestação do serviço. 5 - **Capitais Sociais:** O capital social subscrito é de R\$ 84.166.666,00 e está representado em 31 de dezembro de 2010 por R\$ 84.166.666,00 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Reconfirmamos a existência destas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Administração
José Mario Caprioli dos Santos
Diretor Executivo Presidente
Marcelo Mascotto Iannoffo
Diretor Financeiro e de RI

José Ferreira de Góis
Gerente de Controladoria
CRC - 1SP193190/O-6

Quadro de auditoria
A companhia informa que contratou os serviços relacionados à auditoria junto a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. As demonstrações financeiras completas, acompanhada do parecer sem ressalva emitido em 11 de fevereiro de 2011 estão à disposição na sede da Companhia.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	2010	2009
Das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	12.890	32.552
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	51.864	37.176
Custo líquido na alienação de ativos	19.048	-
Variação cambial - adiantamento para pré-pagamento de aeronaves	385	3.499
Provisão para (Reversão de) contingências	(385)	2.025
Provisão para perdas de títulos e valores mobiliários	-	3.000
Reversão do saldo de adicional tarifário	(10.895)	-
Reversão do saldo de suplementação tarifária	6.653	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(2.577)	(29.761)
Estoques	(9.556)	(8.765)
Bens destinados a venda	143	-
Tributos a recuperar	983	(1.697)
Créditos diversos	(827)	(627)
Despesas do exercício seguinte	(7.763)	(470)
Depósito em garantia e judiciais	(17.477)	(1.746)
(Décrécimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	2.544	10.000
Obrigações trabalhistas e tributárias	11.114	5.863
Transportes a executar	28.268	21.977
Adicional tarifário	-	5.415
Outros passivos	(17.454)	(10.052)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	68.958	68.389
Acréscimo do imobilizado e intangível	(90.440)	(319.118)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90.440)	(319.118)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos líquidos das amortizações	68.325	221.434
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	68.325	221.434
Das atividades de financiamento com acionistas		
Aumento de capital	17.910	36.479
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	17.910	36.479
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	62.753	7.184
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	26.827	19.643
No final do exercício	89.580	26.827
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	62.753	7.184

Os Demonstrativos Financeiros estão sujeitos à análise da Auditoria

Continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	658	582	403
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	658	582	403

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito no montante de R\$ 718.671 (31.12.2009 - R\$ 1.170.223 e 01.01.2009 - R\$ 1.063.293) referem-se a operações compromissadas com lastros em debêntures no montante de R\$ 718.671 (31.12.2009 - R\$ 654.869 e 01.01.2009 - R\$ 595.896) e Certificado de Depósito Bancário (CDB) em 2009 no montante de R\$ 515.354 e 01.01.2009 no montante de R\$ 467.397.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Ativos Financeiros para Negociação no montante de R\$ 797.467 (31.12.2009 - R\$ 744.292 e 01.01.2009 - R\$ 241.875) referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no nível 1.

8) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos Créditos Recebíveis

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo Inicial.....	270	1.073	1.073
Entradas.....	404	357	-
Baixas por Recebimento.....	(1.922)	(2.374)	-
Reversão de Provisões.....	1.248	1.214	-
Saldo Final.....	-	270	1.073
- Créditos Recebíveis.....	257.630	259.148	261.166
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(257.630)	(258.878)	(260.093)

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Recuperação de Crédito.....	13.391	9.458
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	1.248	1.215
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo.....	-	38
Perdas com Títulos e Créditos.....	(1.019)	(629)
Total.....	13.620	10.082

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente, por créditos vencidos a mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social em Ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119	430.311.119
Total.....	430.311.119	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de lucros.....	491.207	397.283	309.545
- Reserva legal (1).....	34.569	29.828	25.399
- Reserva estatutária (2).....	456.638	367.455	284.146

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos Dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	2010		2009	
	R\$	% (1)	R\$	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	94.825	-	88.580	-
Reserva Legal.....	(4.741)	-	(4.429)	-
Base de Cálculo.....	90.084		84.151	
Dividendos Propostos.....	901	1,0	842	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	37.633	23.403
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures.....	63.802	58.974
Rendimento de aplicações financeiras em CDB.....	36.256	47.956
Juros Ativos.....	347	514
Juros Passivos.....	(261)	(98)
Total.....	137.777	130.749

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS.....	984	912
COFINS.....	6.057	5.614
Impostos e Taxas.....	5	1
Total.....	7.046	6.527

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros.....	510	63
Contribuição Sindical Patronal.....	17	35
Custas Judiciais.....	38	69
Doações e Patrocínios.....	880	808
Editais e Publicações.....	162	29
Outras.....	10	9
Total.....	1.617	1.013

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Alienação de Bens de doação.....	7	25
Total.....	7	25

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	658	-	582	-
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito:				
Banco Bradesco S.A.	718.671	63.802	654.869	58.974
Dividendos a Pagar:				
Banco Boavista Interatlântico S.A.	(193)	-	(128)	-
Bradesplan Participações Ltda.	(6.649)	-	(6.649)	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	(37.680)	-	(36.845)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controladora da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	142.730	133.266
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(48.528)	(45.310)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indutíveis de receitas não tributáveis.....	(294)	(275)
Outros.....	917	899
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(47.905)	(44.686)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(32.985)	(30.549)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(399)	(532)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(3.844)	(3.601)
Prejuízo fiscal.....	(10.677)	(10.004)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(47.905)	(44.686)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2009	Constituição	Realização	2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	21.873	-	424	21.449
Outras provisões.....	1	26	1	26
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	21.874	26	425	21.475
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	40.685	-	14.521	26.164
Total dos créditos tributários.....	62.559	26	14.946	47.639

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2011.....	5.261	1.894	11.099	3.996	22.250
2012.....	5.261	1.894	8.139	2.930	18.224
2013.....	5.263	1.895	-	-	7.158
2014.....	5	2	-	-	7
Total.....	15.790	5.685	19.238	6.926	47.639

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Continua...

...Continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

a.2) Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas e Despesas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a valores a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados a valores a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original de valores a receber.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descausamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descausamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa lidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão, da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

Continua...



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de VSas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de VSas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil				
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE.....	1.541.471	271.444	287.570	CIRCULANTE.....
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	658	582	403	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f)
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6)	718.671	-	-	Dividendos a Pagar (Nota 9c)
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	797.467	244.792	241.875	Outras Obrigações.....
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	2.420	6.834	21.445	
Créditos Tributários (Nota 15d).....	22.250	19.192	23.769	
Valores a Receber	5	44	78	
NÃO CIRCULANTE.....	25.939	1.219.422	1.117.851	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	25.939	1.219.422	1.117.851	Capital Social:
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 6)	-	1.170.223	1.063.293	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....
Créditos Tributários (Nota 15d).....	-	5.378	-	Reservas de Lucros (Nota 9b)
Depósitos Judiciais.....	25.389	43.367	52.928	
Créditos Recebíveis (Nota 8a)	110	-	-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8a).....	257.630	259.148	261.166	
Outros Créditos.....	(257.630)	(258.878)	(260.093)	
	440	184	557	
TOTAL	1.567.410	1.490.866	1.405.421	TOTAL

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS.....	151.400	140.831
Rendas de Créditos Recebíveis (Nota 8b)	13.620	10.082
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10).....	137.777	130.749
Outras Receitas Operacionais.....	3	-
DESPESAS OPERACIONAIS	8.670	7.565
Despesas Tributárias (Nota 11)	7.046	6.527
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	1.617	1.013
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	7	25
RESULTADO OPERACIONAL.....	142.730	133.266
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	142.730	133.266
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(47.905)	(44.686)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94.825	88.580
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	220,36	205,85

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01.01.2009.....	1.028.459	25.399	284.146	-	1.338.004
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	88.580	88.580
Destinações:					
- Reservas	-	4.429	83.309	(87.738)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,96 por lote de mil ações).....	-	-	-	(842)	(842)
Saldos em 31.12.2009.....	1.028.459	29.828	367.455	-	1.425.742
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	94.825	94.825
Destinações:					
- Reservas	-	4.741	89.183	(93.924)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 2,09 por lote de mil ações).....	-	-	-	(901)	(901)
Saldos em 31.12.2010.....	1.028.459	34.569	456.638	-	1.519.666

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	142.730	133.266
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(14.722)	(8.030)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.248	1.844
Receita/Despesa de Juros.....	(13.474)	(9.874)
Lucro Líquido Ajustado.....	128.008	125.236
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	(101.124)	(114.927)
Aumento/(Redução) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(7.592)	17.148
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1.053	(6.702)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(20.269)	(20.576)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	76	179
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	76	179
Início do Período.....	582	403
Fim do Período.....	658	582
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	76	179

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
RECEITAS.....	14.642	9,8	10.711	0,9
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa.....	1.248	0,8	1.215	0,9
Recuperação de Crédito.....	13.391	8,9	9.458	-
Outras Receitas.....	3	-	38	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(2.620)	(1,7)	(1.607)	(1,1)
Serviços de Terceiros	(672)	(0,4)	(92)	(0,1)
Outros.....	(1.948)	(1,3)	(1.515)	(1,1)
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	12.022	8,0	9.104	(0,3)
RETENÇÕES.....	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	12.022	8,0	9.104	6,5
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	138.038	92,0	130.852	93,5
Receitas Financeiras.....	138.038	92,0	130.847	93,5
Venda de Imóveis.....	-	-	5	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	150.060	100,0	139.956	100,0
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL.....	150.060	100,0	139.956	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	54.967	36,6	51.248	36,6
Federais	54.949	36,6	51.212	36,6
Estaduais	17	-	35	-
Municipais	1	-	1	-
Remuneração de Capitais de Terceiros e outros	268	0,2	128	0,1
Remuneração de Capitais Próprios.....	94.825	63,2	88.580	63,3
Dividendos	901	0,6	842	0,6
Lucros Retidos	93.924	62,6	87.738	62,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pela adoção dos CPCs não produziram efeitos relevantes que pudessem mudar a posição demonstrada no encerramento do exercício de 2009.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/2007, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

a.2) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

a.2) Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indicio de perda ao valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

...Continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	658	582	403
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	658	582	403

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito no montante de R\$ 718.671 (31.12.2009 – R\$ 1.170.223 e 01.01.2009 – R\$ 1.063.293) referem-se a operações comprometidas com lastros em debêntures no montante de R\$ 718.671 (31.12.2009 – R\$ 654.869 e 01.01.2009 – R\$ 595.896) e Certificado de Depósito Bancário (CDB) em 2009 no montante de R\$ 515.354 e 01.01.2009 no montante de R\$ 467.397.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Ativos Financeiros para Negociação no montante de R\$ 797.467 (31.12.2009 – R\$ 244.792 e 01.01.2009 – R\$ 241.875) referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no nível 1.

8) CRÉDITOS RECEBÍVEIS**a) Movimentação dos Créditos Recebíveis**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo Inicial	270	1.073	1.073
Entradas	404	357	-
Baixas por Recebimento	(1.922)	(2.374)	-
Reversão de Provisões	1.248	1.214	-
Saldo Final	270	1.073	1.073
- Créditos Recebíveis	257.630	259.148	261.166
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(257.630)	(258.878)	(260.093)

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Recuperação de Crédito	13.391	9.458
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	1.248	1.215
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	-	38
Perdas com Títulos e Créditos	(1.019)	(629)
Total	13.620	10.082

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente, por créditos vencidos a mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social em Ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	430.311.119	430.311.119	430.311.119
Total	430.311.119	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de lucros	491.207	397.283	309.545
- Reserva legal (1)	34.569	29.828	25.399
- Reserva estatutária (2)	456.638	367.455	284.146

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos Dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	94.825		88.580	
Reserva Legal	(4.741)		(4.429)	
Base de Cálculo	90.084		84.151	
Dividendos Propostos	901	1,0	842	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	37.633	23.403
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	63.802	58.974
Rendimento de aplicações financeiras em CDB	36.256	47.956
Juros Ativos	347	514
Juros Passivos	(261)	(98)
Total	137.777	130.749

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS	984	912
COFINS	6.057	5.614
Impostos e Taxas	5	1
Total	7.046	6.527

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros	510	63
Contribuição Sindical Patronal	17	35
Custas Judiciais	38	69
Doações e Patrocínios	880	808
Editais e Publicações	162	29
Outras	10	9
Total	1.617	1.013

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Alienação de Bens de dação	7	25
Total	7	25

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:**

	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	658	-	582	-
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito:				
Banco Bradesco S.A.	718.671	63.802	654.869	58.974
Dividendos a Pagar:				
Banco Bovista Interatlântico S.A.	(193)	-	(128)	-
Bradesplan Participações Ltda.	(6.649)	-	(6.649)	-
Serrel Participações em Imóveis S.A.	(37.680)	-	(36.845)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	142.730	133.266
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(48.528)	(45.310)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	(294)	(275)
Outros	917	899
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(47.905)	(44.686)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2009	2009
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(32.985)		(30.549)	
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(399)		(532)	
Utilização de saldos iniciais de:				
Base negativa de contribuição social	(3.844)		(3.601)	
Prejuízo fiscal	(10.677)		(10.004)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(47.905)		(44.686)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2009	Constituição	Realização	2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.873	-	424	21.449
Outras provisões	1	26	1	26
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	21.874	26	425	21.475
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	40.685	-	14.521	26.164
Total dos créditos tributários	62.559	26	14.946	47.639

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
2011	5.261	1.894	11.099	3.996
2012	5.261	1.894	8.139	2.930
2013	5.263	1.895	-	-
2014	5	2	-	7
Total	15.790	5.685	19.238	6.926

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 45.374 (2009 – R\$ 58.425), sendo R\$ 20.206 (2009 – R\$ 20.421) de diferenças temporárias e R\$ 25.168 (2009 – R\$ 38.004) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar:

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.420 (31.12.2009 – R\$ 12.212 e 01.01.2009 – R\$ 21.445).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.145 (31.12.2009 – R\$ 20.957 e 01.01.2009 – R\$ 24.411), referem-se ao PIS no montante de R\$ 98 (31.12.2009 – R\$ 78 e 01.01.2009 – R\$ 628), Cofins no montante de R\$ 603 (31.12.2009 – R\$ 480 e 01.01.2009 – R\$ 102), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.103 (31.12.2009 – R\$ 20.399 e 01.01.2009 – R\$ 22.785) e da Contribuição Social no montante de R\$ 341 (01.01.2009 – R\$ 896).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1



Serão usados 15 milhões de metros cúbicos diários de gás para produção de eteno
Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobras

Petrobras usará gás para produzir eteno

Matéria-prima básica para a fabricação de resinas plásticas será obtida diretamente dos campos do pré-sal, de acordo com informações da empresa.

A Petrobras alterou o projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),